

## **Carta aberta de apelo à criminalização da esterilização forçada em Portugal e na proposta de diretiva da UE relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica**

Exmos/as. Srs./as,

Em nome das associações assinantes, contactamo-lo sobre um elemento-chave da [proposta de Diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica](#): a necessidade de criminalizar a esterilização forçada e garantir que a violação é uma ofensa perante a lei portuguesa e europeia. A diretiva está atualmente a ser negociada entre a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia.

Em toda a União Europeia, as mulheres e meninas com deficiência continuam a correr um [risco muito maior de violência baseada no género e enfrentam discriminação e barreiras adicionais para denunciar os crimes e aceder à justiça](#). A esterilização forçada é uma das formas de violência de que as mulheres com deficiência são mais afectadas. A esterilização forçada continua a afetar mulheres e raparigas na UE e ainda é [autorizada em pelo menos 13 Estados-Membros da UE](#) para pessoas privadas de capacidade jurídica. A [esterilização forçada de pessoas com deficiência é legal em Portugal](#), sendo um dos três países da União Europeia que o autoriza em menores. Por isso, apoiamos firmemente a proposta do Parlamento Europeu de criminalizar a esterilização forçada na Diretiva, na sua [posição adotada em julho](#).

**Apelamos para que apoie a criminalização da esterilização forçada em Portugal e apoie as alterações do Parlamento Europeu que criminalizam a esterilização forçada na diretiva e a violação como ofensa perante a lei europeia.** Isto está em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela UE e por todos os seus Estados-Membros, e em conformidade com a Convenção de Istambul e a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

A nível nacional, apelamos a:

1. **Criminalização da esterilização forçada e o apoio às vítimas:** Portugal é um dos três países europeus onde continua a ser legal esterilizar pessoas com deficiência sem o seu consentimento, inclusive em caso de menores com deficiência. Constitui uma forma de exploração dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pode levar a uma maior exploração sexual, especialmente de mulheres que vivem em instituições. Apelamos ao compromisso dos partidos políticos portugueses da inclusão da criminalização desta prática eugénica nos seus manifestos eleitorais a nível nacional, para as eleições legislativas 2024, e a nível europeu, para as eleições europeias 2024.
2. **Recolha de dados e investigação:** A esterilização forçada continua a ser um tabu e ocorre frequentemente à porta fechada e em pessoas institucionalizadas. Os dados relativos à esterilização forçada são inexistentes, desactualizados ou não estão desagregados. São necessários dados e investigação para avaliar o número de pessoas que foram submetidas a esterilização forçada em Portugal, e

o contexto onde esta prática acontece. Apelamos à execução do estudo nacional sobre violência contra raparigas e mulheres com deficiência, que inclui o estudo sobre as práticas de esterilização forçada, [aprovado no Orçamento de Estado 2023](#) em Parlamento.

3. **Estabelecer mecanismos especiais de indemnização e reparação:** Em muitos dos Estados-Membros da UE, existe uma lacuna no acesso à justiça e à reparação para as pessoas com deficiência, especialmente mulheres e raparigas com deficiência, que foram sujeitas a esterilização forçada. Algumas das pessoas submetidas a esta prática não tem conhecimento que o foi feito. Devem ser criados e implementados mecanismos para processar os pedidos de indemnização, informação e apoio.

Pode encontrar o [relatório do Fórum Europeu da Deficiência sobre a esterilização forçada](#) de pessoas com deficiência na União Europeia, publicado em setembro de 2022, e toda a informação sobre a [situação em Portugal pela Associação Portuguesa Voz do Autista](#).

A nossa organização mantém-se à vossa disposição para um debate mais aprofundado sobre as propostas e quaisquer questões relacionadas com a deficiência.

### Assinaturas

Associação Portuguesa Voz do Autista (APVA)



Associação CVI - Centro de Vida Independente



Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI)



Associação de Paralisia Cerebral de Viseu



Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal (ASBIHP)



Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) FEDERAÇÃO paralisia cerebral



Associação De Surdos Do Porto



Associação do Porto de Paralisia Cerebral



Coletivo Feminista  
As DEsaFiantes



Panteras Rosa



Núcleo Feminista da  
Faculdade de Direito  
da Universidade de  
Lisboa



Feministas em  
Movimento



Movimento SOS  
Racismo



Associação ILGA  
Portugal



Mithós Histórias  
Exemplares



Associação Grupo  
Partilha de  
Vivências



A Coletiva Feminista



Associação  
Portuguesa pelos  
Direitos da Mulher  
na Gravidez e Parto  
(APDMGP)



Associação Clube  
Safo



Greta Livraria

